

Rombo na Saúde chega a R\$ 1,5 bilhão

Relatório do Ministério Público mostra que culpa é da falta de controle no pagamento das consultas e exames efetuados pelo SUS

Rio de Janeiro — Um retrato dramático das fraudes e da desfaçatez de muitas clínicas conveniadas foi traçado depois de uma investigação de auditores da Secretaria Municipal de Saúde do

Rio de Janeiro. Segundo dados do Ministério Público Federal, divulgados esta semana, as consultas e exames em ambulatório pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) provocaram o maior rombo da Saúde no

País, quase R\$ 1,5 bilhão por ano, uma sangria maior do que a que era registrada nas internações.

Só em uma clínica, os auditores verificaram a cobrança indevida de quase R\$ 1 milhão por mês, o suficiente para construir 12 modernas Unidades de Terapia Intensiva para recém-nascidos por ano. Uma outra clínica, que faturava R\$ 120 mil mensais, foi descredenciada porque verificou-se que não possuía nenhum dos aparelhos para fazer os

s sofisticados exames alegados.

Para as consultas e exames em ambulatório, cada clínica manda apenas um relatório mensal dizendo que fez um determinado número de procedimentos, sem individualizar os casos. Na grande maioria dos casos as autoridades acreditam nas informações por mais suspeitas que possam parecer. A única forma de conferir é ir ao local e constatar se as informações dadas são verídicas. Na maior parte das cidades brasilei-

ras esta rotina só existe pró-forma. No Rio, onde a gerência do sistema foi municipalizada, houve uma ordem para fiscalizar, a partir dos casos mais suspeitos. As primeiras descobertas são de estarrecer.

Um exemplo: as seis principais clínicas de fisioterapia do SUS no Rio; além de cobrar, em certos casos, mais de 20 vezes o número dos atendimentos feitos, usavam, segundo o relatório dos auditores, "equipamentos tecnicamente ine-

ficazes e por vezes danosos à saúde dos pacientes". Os casos mais gritantes, contidos no estudo, são os das clínicas Climepi, na Ilha do Governador, Nossa Senhora da Penha, na Penha, Gabriel Lucena (Ipanema), Central de Fisioterapia (Campo Grande) e Clínica Nova Guanabara (Olaria). Foram determinados cortes de até 90% nas faturas apresentadas, gerando uma economia anual de R\$ 3,6 milhões só nesse setor.